



Ata da 10.ª Reunião de Câmara | Extraordinária
16 de abril de 2024, 16:00h
Maia, Paços do Concelho

Ao décimo sexto dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a décima reunião de Câmara, extraordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho
7. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
8. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
9. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Estiveram ausentes, por motivos devidamente justificados: a Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras e o Senhor Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha (Partido Socialista).



Estiveram presentes em regime de substituição: as Senhoras Vereadoras, Maria João Neno Escobar e Julieta Maximiana de Sá Maciel (Partido Socialista).

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Relatório e Contas Individuais de 2023

Apresentação técnica do Relatório e Contas Individuais dois mil e vinte e três, pela Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, e pelo ROC, Luís Esteves Cardoso.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, questionou em quanto tinham baixado as transferências financeiras.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, respondeu que eram transferências correntes e capital total, mas o quadro que o Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, estava a falar, só estavam os fundos.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, deu nota que em relação às refeições escolares do 1.º ciclo não recebiam nada, havendo seis mil refeições pelas quais se continuava a não receber nada.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou se a situação já tinha sido regularizada.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, esclareceu que ainda não tinha sido corrigida e que, no âmbito da transferência de competências, se tinha continuado a receber €2,75 (dois euros e setenta e cinco cêntimos) /refeição, mas só no que dizia respeito aos alunos do 2.º e 3.º ciclo e secundário. No que dizia respeito aos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo, cerca de seis mil refeições por dia, continuava-se a receber aquilo que sempre tinham recebido, €1,46 (um euro e quarenta e seis cêntimos). Mais acrescentou que a Câmara Municipal pagava todas as refeições a €3,25 (três euros e vinte e cinco cêntimos). Mais referiu que o que supostamente estava no acordo sectorial assinado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios era para todos os ciclos de ensino, desde o pré-escolar até ao secundário. Isso tinha sido entendido na altura, mas na prática, no orçamento de Estado estava apenas a partir do 2.º ciclo.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que a Associação Nacional de Municípios tinha que clarificar essa situação junto do Governo, tal como a Câmara Municipal já tinha feito junto daquela entidade.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, referiu que pensava que o acordo estava feito.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, mais deu nota de que era necessária uma revisão em sede do Orçamento de Estado.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que os alunos eram todos iguais e que, como a Câmara quer disponibilizar refeições de boa qualidade, esta paga a diferença.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, em relação ao quadro da dívida de médio e longo prazo, e sobre a antecipação de rendas, questionou qual era a taxa de juros.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, esclareceu que não havia efeitos orçamentais no Município da Maia. Esses efeitos, no que dizia à antecipação de rendas, tinha sido a própria antecipação de rendas, cuja gestão estava a ser acompanhada pela Espaço Municipal.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, questionou qual era a taxa tida com a banca, pela Espaço Municipal.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, esclareceu que era da Espaço Municipal e que desconhecia o valor da taxa.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, deu nota que lhe tinha sido dito que eram altas, questionando se não era possível amortizar.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, salientou que não havia efeitos orçamentais nas contas da Câmara Municipal, dado que era uma gestão acompanhada pela Espaço Municipal e já tinham tentado amortizar, mas tal não tinha sido possível.



O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, referiu que em relação à Tecmaia, aquando da compra do lote um e quatro, também tinha sido com um empréstimo.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, deu nota que o *spread* tinha sido de um ponto cinco por cento, mas já tinha sido todo amortizado. Mais referiu que só havia empréstimos de habitação social/PER.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, em relação ao quadro vinte e seis do “FFD”, a Senhora Diretora do Departamento tinha dito que havia um número (verba) que eventualmente podia vir.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, esclareceu que no fecho do exercício de dois mil e vinte e três, não tinha vindo, e para vir em dois mil e vinte e quatro, e segundo informação que tinha, teria que haver uma alteração da Lei.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, deu nota que a Associação tinha dito que as verbas teriam efeitos retroativos. Mais referiu que em relação ao quadro cinquenta e três (investimento direto), questionou se em relação às compras de imóveis, se já tinha vindo a verba do Estado, do IHRU, etc.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, realçou que tinha apresentado as Grandes Opções do Plano, investimento e PAM. Relativamente a dois mil e vinte e três, todas as aquisições de terrenos e de frações não tinham recebido verba nenhuma. Mais acrescentou que o contrato de comparticipação tinha que estar aprovado e financiado pelo IHRU e todos aqueles procedimentos tinham sido feitos no corrente ano. No ano de dois mil e vinte e três, apenas tinham o Sobreiro 58. Tinha sido submetidos quarenta e quatro e aprovados vinte e três no exercício de dois mil e vinte e quatro.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, deu nota que ainda estavam a aguardar a aprovação.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, deu nota que o que tinha que ser retido era que tinha



havido financiamento com receitas próprias e que a comparticipação ainda deveria vir e que daria para financiar outras despesas.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, em relação ao quadro cinquenta e três, questionou o que englobava (escola, saúde), e se no presente ano já tinham tudo até ao final do ano já em custos, ou se faltava alguma coisa.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, esclareceu que tudo o que tinha sido faturação emitida, no exercício de dois mil e vinte e três, estava naquele exercício. Mais acrescentou que estavam as verbas recebidas do Estado em dois mil e vinte e três no âmbito da transferência de competências da educação e tudo aquilo que não tinham recebido não constava do quadro. Mais referiu que o fundo de descentralização era uma verba fixa, e o que tinham que receber e que tinha sido aprovado no orçamento de Estado a receber, estava refletido naquele documento. Mais referiu que o valor de €2 700 000,00 (dois milhões e setecentos mil euros) de défice resultava do balanceamento entre aquilo que tinha sido aprovado para o Estado financiar e aquilo que tinha sido a despesa feita pelo Município.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, questionou se o Estado até dezembro tinha pago tudo.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho, respondeu que o Estado tinha pago tudo que tinha que pagar e que estava aprovado.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, salientou que aquele valor do défice estava a ser reclamado.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril de 2024.

2. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Exercício de 2023 e respetiva avaliação

Apresentação técnica do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do exercício de dois mil e vinte e três e respetiva avaliação pela



Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril de 2024.

3. Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas de 2023 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS)

Apresentação técnica dos Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas de dois mil e vinte e três dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, pela Chefe de Divisão Económico-Financeira, Goreti Pinto.

O Senhor Vereador, António José Ferreira Peixoto, interveio, endereçando votos de parabéns pelos resultados, que eram bons, sabendo das razões que estavam adjacentes a esses resultados, mas não deixando de ser bons. Mais referiu que gostaria de falar sobre algumas questões que não tinham sido abordadas, questionando qual seria o valor estimativo da passagem da exploração do compósito de fertilizantes para a Lusoágua, e o que isso tinha representado em termos de perda, ou se, pelo contrário, aquele valor da receita tinha sido incorporado nos custos de exploração da própria Lusoágua na Etar de Parada.

À Chefe de Divisão Económico-Financeira, Goreti Pinto, esclareceu que em relação aos custos ou à perda de receita não era muito significativo, rondando, nos últimos anos, o valor de €70 000,00 (setenta mil euros) anuais, em termos de receita. Mais referiu que também acarretava custos, porque a própria receita tinha custos inerentes a uma empresa que fazia a embalagem do agronat, que deixaram de ter, cujo custo/benefício andaria à volta de €30 000,00 (trinta mil euros) por cada, não tendo dados precisos, dado que em dois mil e vinte e dois tinham deixado de vender agronat. Mais referiu que aquele valor não era líquido porque tinha um custo inerente à embalagem, ao transporte afeto aos SMAS. Mais referiu que não haveria um grande benefício para a empresa, só se o valor comercial aumentasse muito e as quantidades que passassem a vender, salientado que só a própria empresa poderia fornecer esses dados.

O Senhor Vereador, António José Ferreira Peixoto, em relação às perdas de dois mil e vinte e três, referiu que tinham subido um por cento em relação a dois mil e vinte e



dois, e que deveria ser exatamente o contrário, uma vez que estavam com um contrato e investimentos para evitar aquelas perdas. Mais acrescentou que entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, a água adquirida rondava os trezentos mil metros cúbicos e o faturado, efetivamente, tinha andado nos €72 000,00 (setenta e dois mil euros), incluindo o autoconsumo e o faturado. Questionou se para àquelas perdas teria havido alguma razão para tal, dado que era perda de receita e o que estaria a acontecer, se teria sido alguma fuga só posteriormente identificada.

A Chefe de Divisão Económico-Financeira, Goretí Pinto, esclareceu que aqueles valores se reportavam essencialmente ao final do ano devido a uma grande fuga que tinha sido alvo de uma grande intervenção. Mais acrescentou uma outra fuga, e que foi demorada a sua descoberta, em Moreira.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, interveio, dando nota que efetivamente tinha acontecido uma grande fuga invisível de água, na antiga EN13, junto ao nó de acesso à A41.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril de 2024.

4. Relatório e Contas de 2023 da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M.

Apresentação técnica do relatório e contas de dois mil e vinte e três da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. pelo Administrador Executivo da Empresa, Carlos Mendes, e pelo Responsável Financeiro, Celestino Sousa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou se algum Vereador queria intervir ou colocar questões, não tendo havido qualquer intervenção. Mais, endereçou votos de parabéns ao Conselho de Administração e ao Técnico Oficial de Contas pela evolução positiva que se verificava, extensivos a todos os seus colaboradores e também aos da Câmara Municipal, dado que, sem os mesmos, a empresa também não podia operar. Mais referiu que a empresa existia para substituir a Câmara.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril de 2024.



5. Prestação de Contas do ano 2023, Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.

Apresentação técnica dos documentos da Prestação de Contas do ano dois mil e vinte e três da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., pelo Diretor da Empresa, Nelson Ferraz e pela Responsável Financeira, Sónia Barbosa.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril de 2024.

6. Relatório de Gestão e Contas do ano de 2023 da Fundação Conservatório de Música da Maia, FP

Apresentação técnica do Relatório e Contas de dois mil e vinte e três da Fundação Conservatório de Música da Maia, FP pelo Consultor, José Eduardo Azevedo.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, deu nota que já poderiam, no início do ano, ter apresentado à Câmara o contrato de prestação de serviços, no valor de cerca de €120 000,00 (cento e vinte mil euros), mas ainda não o tinham feito.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou se aquele valor era o habitual.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, respondeu que sim, dividido por três anos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou se as propinas não poderiam ser aumentadas para quem tivesse capacidade económica para as pagar, por forma a ajudar quem o não pudesse.

O Senhor José Eduardo Azevedo, esclareceu que as propinas num Conservatório já eram propinas sociais e a Fundação tinha esse cuidado, e o seu cálculo já era feito tendo em conta a função da Fundação, de poder proporcionar aos munícipes e àqueles com mais dificuldades, acesso ao ensino especializado de música. O Conservatório, para além dos cursos que tinha protocolados com o Ministério da Educação, tinha também cursos livres e talvez para esses as propinas teriam que ser de alguma forma atualizadas, algo a ocorrer eventualmente no próximo ano letivo.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril



de 2024.

7. Relatório de Gestão e Contas de 2023, da Empresa Espaço Municipal

Apresentação técnica do Relatório de Gestão e Contas de dois mil e vinte e três da Empresa Espaço Municipal pelos Administradores da Empresa, Fialho de Almeida e Nuno Lopes, e pelo Responsável Financeiro, Néilson Coimbra.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril de 2024.

8. Relatório e Contas de 2023, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO

Apresentação técnica do Relatório e Contas de dois mil e vinte e três pela Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, interveio, questionando sobre os ativos e avaliações, cujos valores estavam a decrescer.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que não mandava nos avaliadores, cumpria apenas a lei. Mais referiu que a Lei obrigava a que, de dois em dois anos, houvesse uma avaliação realizada por avaliadores credenciados. Mais acrescentou que a Câmara Municipal iria comprar dois terrenos em Folgosa (igreja I e Igreja II), porque queriam fazer aí, no Passal, um jardim público em lugar de mais um loteamento. Com isso, iriam amortizar sessenta por cento e os restantes quarenta por cento seriam para a funcionalidade do Fundo. Mais salientou que na origem da criação do fundo esteve a necessidade de resolver uma dívida expressiva, que o Fundo tinha ajudado a saldar. Mais disse que o Fundo, no presente ano, seria liquidado e mesmo que não vendesse nada até ao fim do ano, existia uma dotação no orçamento municipal para esse efeito.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril de 2024.

9. Relatório e Contas do exercício de 2023 - Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A, E.M.



Apresentação técnica do Relatório e Contas do exercício de dois mil e vinte e três pelo membro da Comissão Liquidatária, José Eduardo Azevedo.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, questionou se com a verba seria possível pagar a algumas pessoas.

O Senhor José Eduardo Azevedo respondeu que não, porque era dívida fiscal. Mais referiu que naquele momento estavam a ter resultados das impugnações judiciais e aquele valor tinha sido adiantado pelo Município, ou seja, o valor não era pago ao Tecmaia, mas pago ao Município. Mais acrescentou que tinham que exigir aos acionistas que tivessem a mesma prática que tinha tido o Município, liquidando os passivos. A Câmara Municipal, em todas as Assembleias, tinha feito todos os esforços para que tal fosse possível e de que uma vez por todas fosse possível liquidar a sociedade e pagar aos credores.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril de 2024.

10. Relatório de Gestão 2023, Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A. (STCP)

Apresentação técnica do Relatório de Gestão dois mil e vinte e três pela Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património do Município da Maia, Alexandra Carvalho.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que, numa situação de funcionamento normal, sem pandemia, a empresa tenderia a ter tido uma gestão equilibrada.

O ponto seria deliberado na reunião de Câmara extraordinária do dia 18 de abril de 2024.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.



Pelas 19:53h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 11 (onze) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 16 de abril de 2024